

## HABEAS CORPUS 116.346 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACTE.(S) : MARIA AUXILIADORA BARBOSA ZANIN  
IMPTE.(S) : NILTON MENDES CAMPARIM  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO:** Trata-se de “*habeas corpus*” **impetrado** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado:

**“‘HABEAS CORPUS’. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DENÚNCIA BASEADA EM PROVA ILÍCITA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO VERIFICADA DE PLANO.**

1. O trancamento da ação penal pela via do ‘*habeas corpus*’ é cabível apenas quando demonstrada a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a manifesta ausência de provas da existência do crime e de indícios de autoria.

2. ‘*In casu*’, os elementos constantes nos autos demonstram que o inquérito policial somente foi instaurado depois da realização de diligências preliminares que resultaram na colheita de elementos mínimos de convicção, aptos a embasar a denúncia.

3. Inexiste ilegalidade na deflagração de ação penal pelo Ministério Público, ainda que proveniente de ‘*delatio criminis*’ anônima, desde que o oferecimento da denúncia tenha sido precedido de investigações preliminares acerca da existência de indícios da veracidade dos fatos noticiados.

4. Não houve a demonstração de plano da ilicitude da prova consistente na gravação de conversa telefônica – se produzida pelos próprios interlocutores e se precedida, ou não, de autorização judicial. A apuração do fato demandaria dilação probatória, não compatível com estes autos.

5. Inviável a análise nesta Corte de matéria não apreciada na Corte de origem. Supressão de instância não autorizada.

**6. Ordem denegada."**

(**HC 154.897/MG**, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR – grifei)

**Busca-se**, na presente sede processual, a **extinção definitiva** do processo penal de conhecimento, **sob alegação de que inexistiria** justa causa autorizadora da adoção, *contra a ora paciente*, de medidas de persecução penal.

O Ministério Público Federal, **em pronunciamento** da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA, **opinou pela extinção** deste processo de "*habeas corpus*" **em parecer** que está assim fundamentado:

*"5. É de se ressaltar que, de acordo com reiterada jurisprudência, o trancamento de inquéritos policiais ou de ações penais, na via estreita do 'habeas corpus', só pode ser reconhecido se perceptíveis, de plano, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade, a ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito (...).*

*6. Não há como, em sede restrita de 'habeas corpus', proceder a uma avaliação das provas produzidas que serviram para embasar a convicção do membro do Ministério Público no momento do oferecimento da denúncia, que descreveu a prática criminosa em detalhes, com fatos e circunstâncias, bem como atribuiu a autoria.*

*7. Como asseverou o acórdão impugnado, os elementos constantes nos autos indicam que a instauração do inquérito policial ocorreu após a realização de diligências preliminares, que resultaram na colheita de elementos mínimos de convicção, aptos a embasar a denúncia. Consignou, ademais, 'que inexistiu ilegalidade na deflagração de ação penal pelo Ministério Público, ainda que proveniente de 'delatio criminis' anônima, desde que o oferecimento da denúncia tenha sido precedido de investigações preliminares acerca da existência de indícios da veracidade dos fatos noticiados'.*

8. *Ressalvou, por fim, que não ficou demonstrada, efetivamente, a ilicitude da prova, cuja apuração demanda dilação probatória, não compatível com o 'habeas corpus'.*

9. *Esse entendimento encontra ressonância na jurisprudência dessa Suprema Corte (...).*

10. *Isso posto, opino pela extinção.” (grifei)*

**Passo a examinar** o pleito em causa. **E, ao fazê-lo, entendo assistir razão** à douta Procuradoria-Geral da República, **eis** que os fundamentos **que dão suporte** a seu douto parecer **ajustam-se, com integral fidelidade**, à orientação jurisprudencial **firmada** por esta Suprema Corte **na matéria** em exame.

Como se sabe, o Supremo Tribunal Federal **tem advertido** que **a simples instauração** de “persecutio criminis” **não constitui**, só por si, situação caracterizadora de injusto constrangimento (**RTJ** 78/138 – **RTJ** 181/1039-1040, *v.g.*), **notadamente** quando iniciada por denúncia consubstanciadora de descrição fática cujos elementos se ajustem, ao menos em tese, ao tipo penal:

**“EXTINÇÃO ANÔMALA DO PROCESSO PENAL. INDAGAÇÃO PROBATÓRIA EM TORNO DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS. SUPOSTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. EXISTÊNCIA, NO CASO, DE DADOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS, FUNDADOS EM BASE EMPÍRICA IDÔNEA. CONTROVÉRSIA QUE, ADEMAIS, IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO DE MATÉRIA ESSENCIALMENTE PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO 'HABEAS CORPUS'. PEDIDO INDEFERIDO.”**

(**HC 122.856/CE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

De outro lado, **impende assinalar que o reconhecimento da ausência de justa causa** para a persecução penal, **embora cabível** em sede de “habeas

*corpus”, reveste-se de caráter excepcional. É que, para tal revelar-se possível, impõe-se inexistir qualquer situação de iliquidez ou de dúvida objetiva quanto aos fatos subjacentes à acusação penal.*

*Registre-se, neste ponto, que não se revela adequado proceder, em sede de “habeas corpus”, a indagações de caráter eminentemente probatório, especialmente quando se busca discutir elementos fáticos subjacentes à causa penal.*

No caso, o E. Superior Tribunal de Justiça, no acórdão ora impugnado, destacou, precisamente, a ausência da necessária liquidez dos fatos essenciais à corroboração das alegações deduzidas na impetração:

*“Verifico, inicialmente, que as questões trazidas na impetração exigem um exame mais aprofundado da prova, o que não se harmoniza com a estreita via do ‘habeas corpus’. Com efeito, não houve a demonstração de plano da ilicitude da prova, consistente na gravação de conversa telefônica – se produzida pelos próprios interlocutores e se precedida, ou não, de autorização judicial. A apuração do fato demandaria dilação probatória, não compatível com estes autos. Bem ressaltado no acórdão impugnado que a análise do tema poderá ocorrer adequadamente no curso da ação penal.*

*Constata-se, ainda, às fls. 20/23, que a instauração do inquérito policial bem como o indiciamento da paciente não decorreram da suposta fita anônima, mas sim das diligências preliminares realizadas pela autoridade policial, antes e depois do recebimento da referida fita com a gravação que envolveria a paciente, razão pela qual também não fica evidenciada a apontada ilegalidade na instauração do inquérito (...).” (grifei)*

Não se pode desconhecer, consideradas as razões expostas pelo Superior Tribunal de Justiça, que a ocorrência de iliquidez quanto aos fatos alegados na impetração basta, por si só, para inviabilizar a utilização

adequada da ação de “*habeas corpus*”, **que constitui** remédio processual **que não admite** dilação probatória, **nem permite** o exame aprofundado de matéria fática, **nem comporta** a análise valorativa de elementos de prova produzidos no curso do processo penal de conhecimento (RTJ 110/555 – RTJ 129/1199 – RTJ 136/1221 – RTJ 163/650-651 – RTJ 165/877-878 – RTJ 186/237, v.g.):

*“A ação de ‘habeas corpus’ constitui remédio processual inadequado, quando ajuizada com objetivo (a) de promover a análise da prova penal, (b) de efetuar o reexame do conjunto probatório regularmente produzido, (c) de provocar a reapreciação da matéria de fato e (d) de proceder à revalorização dos elementos instrutórios coligidos no processo penal de conhecimento. Precedentes.”*

(RTJ 195/486, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**Cabe registrar**, ainda, **na linha** de **reiterados** pronunciamentos desta Suprema Corte (RT 594/458 – RT 747/597 – RT 749/565 – RT 753/507), **que**, “Em sede de ‘habeas corpus’, **só é possível** trancar ação penal em situações especiais, como nos casos em que é evidente e inafastável a negativa de autoria, quando o fato narrado não constitui crime, sequer em tese, e em situações similares, onde pode ser dispensada a instrução criminal para a constatação de tais fatos (...)” (RT 742/533, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – grifei).

**Essa orientação** – não custa enfatizar – **tem o prestigioso** beneplácito de JULIO FABBRINI MIRABETE (“Código de Processo Penal Interpretado”, p. 1.426/1.427, 7ª ed., 2000, Atlas), **cuja autorizada lição**, no tema, **adverte**:

*“Também somente se justifica a concessão de ‘habeas corpus’, por falta de justa causa para a ação penal, quando é ela evidente, ou seja, quando a ilegalidade é evidenciada pela simples exposição dos fatos, com o reconhecimento de que há imputação de*

*fato atípico ou da ausência de qualquer elemento indiciário que fundamente a acusação (...). Há constrangimento ilegal **quando** o fato imputado **não constitui**, em tese, ilícito penal, **ou quando** há elementos inequívocos, **sem** discrepâncias, de que o agente atuou sob uma causa excludente da ilicitude. **Não se pode**, todavia, pela via estreita do 'mandamus', **trancar** ação penal **quando** seu reconhecimento **exigir** um exame **aprofundado e valorativo** da prova dos autos." (grifei)*

**Em suma**: os fundamentos **em que se apoia** esta impetração **não comportam exame** na via sumaríssima do "habeas corpus", **que não se revela compatível** com a análise de matéria de fato, **necessária**, na espécie, à verificação **das alegações** deduzidas em favor da ora paciente.

**Sendo assim**, pelas razões expostas, **e acolhendo**, ainda, **o parecer** da douta Procuradoria-Geral da República, **não conheço** da presente ação de "habeas corpus".

**Arquivem-se** os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator